

# SER ANGLICANO, O QUE SIGNIFICA ISTO? HISTÓRIA, TEOLOGIA E IDENTIDADE.

BEING AN ANGLICAN, WHAT DOES THIS MEAN? HISTORY, THEOLOGY  
AND IDENTITY.

Walace Alexander Alves Cruz<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Doutorando em Teologia, regime de cotutela, pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte (FAJE- Brasil), e pela Universidade Católica Portuguesa (UCP- Portugal). Bolsista CAPES/ PROEX. Doutorado Sanduíche PDSE 2024/2, na UCP Braga - Portugal. Mestre em Filosofia pela FAJE. Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS- Brasil). Membro do Grupo de Pesquisa Teologia e Pastoral da FAJE/CNPq, Brasil. E-mail: professorwalacealexander@yahoo.com

## RESUMO

---

A Igreja Anglicana tem uma história eivada de polêmicas e controvérsias. A começar pela historiografia sobre suas origens. Para considerável parte dos historiadores, principalmente os não-cristãos, a Igreja Anglicana é uma invenção de Henrique VIII, o monarca inglês que no século XVI rompeu com Roma, por ter seu pedido de divórcio rejeitado. Por outro lado, a historiografia oficial da Igreja Anglicana remete suas origens às comunidades cristãs celtas dos séculos II-III. O anglicanismo se consolidou como um dos maiores matizes cristãos do mundo, na casa dos 70-85 milhões. Todavia, no Brasil, o anglicanismo ainda é amplamente desconhecido e/ou, causa estranhamento. Assim, nosso artigo objetiva: a) chegar a uma história credível quanto às origens do anglicanismo, considerando as divergentes historiografias, b) identificar quais elementos caracterizam o fazer teológico anglicano e, por fim, c) refletir sobre o ethos que define a identidade anglicana. Logo, nosso trabalho busca respostas à pergunta: o que significa ser anglicano?

**Palavras-chave:** Igreja da Inglaterra. Henrique VIII. Tomás Cranmer. Reforma Inglesa.

## ABSTRACT

---

The Anglican Church has a history steeped in controversy. Starting with the historiography of its origins. Many historians, especially non-Christians, the Anglican Church is an invention of Henry VIII, the English monarch who broke with Rome in the 16th century after having his divorce petition rejected. On the other hand, the official historiography of the Anglican Church traces its origins back to the Celtic Christian communities of the 2nd-3rd centuries. Anglicanism has established itself as one of the largest Christian denominations in the world, numbering 70-85 million. However Anglicanism is still largely unknown and/or strange in Brazil. Thus, our article aims to a) arrive at a credible history of the origins of Anglicanism, considering the divergent historiographies, b) identify which elements characterize Anglican theological doing and, finally, c) reflect on the ethos that defines Anglican identity. Our work therefore seeks answers to the question: what does it mean to be Anglican?

**Keywords:** Church of England. Henry VIII. Thomas Cranmer. English Reformation.

# 1 INTRODUÇÃO OU NOTAS SOBRE UMA HISTÓRIA DO ANGLICANISMO

---

As origens modernas da Igreja Anglicana são objeto de controvérsia, sobretudo por envolverem questões de ordem pessoal — como o desejo de Henrique VIII de anular seu matrimônio com Catarina de Aragão para desposar Ana Bolena — bem como complexas dinâmicas políticas, econômicas e sociais características do conturbado século XVI. Nesse contexto, é igualmente fundamental considerar as tensões latentes no âmbito eclesial e teológico, intensificadas pelo fervoroso cenário da Reforma Protestante. Considere-se: a cisão luterana com Roma, as novas teologias que destoam e desafiam a teologia romana oficial, em suma, estão em voga processos de reorganização social de um novo mundo emergente (moderno). No encalço de identificar a gênese da Igreja Anglicana, se torna ainda mais complexo o fato de que as historiografias anglicanas sequer reconhecem a gênese do anglicanismo na modernidade.

Chamamos a atenção: O que se entende por “anglicanismo”, atualmente, tem dimensões amplas, heterogêneas e, por vezes, complexas, quiçá contraditórias. Isso se explica porque a Igreja da Inglaterra, onde está a cátedra do Arcebispo de Cantuária, personagem que historicamente simboliza a unidade anglicana global, não detém mais hegemonia. Diversas cisões têm ocorrido a nível mundial, sobretudo, após a adesão de Cantuária a pautas controversas no seio do anglicanismo, principalmente, a ordenação de pessoas de orientação homossexual. Nesse sentido, os anos de 2004-2005 demarcam uma página importante na história do anglicanismo, com acento para o Brasil. A Diocese do Recife, sob a liderança de Dom Robinson Cavalcanti, rompe com a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB) – única ligada à Sé de Cantuária. A

Igreja Anglicana no Brasil (IAB), uma das organizações que se formaram a partir da cisão, narra sua história e justifica a cisão:

A igreja Anglicana no Brasil é uma igreja de tradição anglicana, que nasce a partir das comunidades, pastores e pastoras que foram excomungadas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil em 2005, por estarem em desacordo com essa denominação no que diz respeito à normalidade da prática homossexual e a ordenação de pessoas dela praticantes ao sagrado ministério pastoral. À época, o então Bispo Diocesano, Robinson Cavalcanti, liderou sua diocese na direção de conscientemente concordar em obedecer à Resolução 1.10 da Conferência de Lambeth de 1998 (Conferência de todos os bispos anglicanos do globo que ocorre a cada dez anos), onde se lê:

RESOLUÇÃO 1.10 – Sexualidade Humana Esta Conferência:

a) recomenda à igreja o relatório da subseção sobre sexualidade humana;

d) ao mesmo tempo em que rejeita a prática homossexual como incompatível com as Escrituras, solicita a todas as pessoas que auxiliem, de maneira sensível e pastoral, todas as pessoas, independente [sic.] de sua orientação sexual, escondem o medo irracional aos homossexuais, a violência no casamento e toda banalização e comercialização do sexo;

e) não pode recomendar a legitimidade ou a bênção de uniões do mesmo sexo, nem ordenar aqueles que estão envolvidos em uniões do mesmo gênero;

f) solicita aos Bispos Primazes e ao Conselho Consultivo Anglicano que estabeleçam meios para monitorar o trabalho realizado sobre a sexualidade humana na Comunhão Anglicana e compartilhar informes e recursos entre nós<sup>2</sup>.

Por sua vez, a IEAB rejeita tanto a IAB quanto outros grupos recentes, classificando-os como cismáticos e fora da Comunhão Anglicana, cujo principal símbolo é o arcebispo de Cantuária. Para além das divergências

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.anglicananobrasil.com/on/quem-somos/>. Acesso em: 12. Jun. 2025.

teológicas, os conflitos também se desenrolaram na esfera judicial<sup>3</sup>. Desde então, têm surgido novas províncias, dioceses, redes e missões que reivindicam a identidade “anglicana”, especialmente a partir do Nordeste brasileiro, onde o anglicanismo tem sua maior expressão. Não obstante as tensões, cisões e polêmicas no interior do anglicanismo brasileiro, é minimamente consensual, entre os que se entendem como anglicanos, que sua identidade está balizada em 4 declarações de fé: na Sagrada Escritura, nos dois Sacramentos, a saber, do Batismo e da Eucaristia, nos Credos Apostólico e de Nicéia (acrescenta-se, comumente, o Credo Atanasiano), e no Episcopado Histórico. A síntese da doutrina anglicana está de modo enxuto nos “39 Artigos da Religião”, e de modo mais pormenorizado, no Livro de Oração Comum (LOC)<sup>4</sup>. Outro elemento comum aos anglicanos brasileiros, é a narrativa quanto à sua gênese histórica.

As raízes da Igreja Anglicana estão na primitiva igreja cristã surgida na Inglaterra desde os tempos dos Pais da Igreja. Foram eles que disseminaram a mensagem do evangelho aos mais diferentes e longínquos lugares do mundo. Um desses lugares foram as Ilhas Britânicas, onde o cristianismo chegou por volta do final do segundo e início do terceiro século da era cristã. Ali, se desenvolveu de maneira local e independente (a chamada Igreja Celta). No final do século VI, um grupo de 40 monges, chefiados por Santo Agostinho de Cantuária, chegou ao Reino de Kent – localizado no atual Sul da Inglaterra – para converter os anglo-saxões. Ao chegar lá, ele foi recebido por cristãos celtas da Igreja de São Martinho (a qual recebeu esse nome em homenagem a São Martinho de Tours), em Cantuária. Em 603 d. C., Santo Agostinho chamou representantes da Igreja Celta numa tentativa de convencê-los a se submeter às práticas e disciplinas romanas, mas eles se recusaram. Santo Agostinho morreu em 605, mas a questão das diferenças entre a Igreja Britânica e a Igreja Romana continuou sendo motivo de controvérsias. Finalmente, em 664, em Whitby, na Nortúmbria, a questão foi resolvida em Concílio, por votação, e através do decreto do rei Oswy.

3 Conferir: <https://psj.org.br/2018/05/15/palavra-do-bispo-primaz-da-ieab-sobre-a-nova-provincia-anglicana-do-brasil/>. Acesso em: 12. Jun. 2025.

4 Conferir: <https://www.igrejaanglicana.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

A obra missionária iniciada por Santo Agostinho foi consolidada por Teodoro de Tarso, monge grego que foi enviado pelo Papa em 669 para tornar-se o sucessor de Agostinho como o segundo arcebispo de Cantuária. Ele foi enviado para remover as características peculiares do cristianismo céltico e convocar o primeiro Sínodo nacional da Igreja na Inglaterra: o Concílio de Hertford (673). Durante toda a Idade Média a Igreja Inglesa estava submetida à Igreja Romana. A Inglaterra, como os demais países da Europa, fazia parte e dava sustento ao sistema papal vigente. Contudo, devido à distância que a separava de Roma, desenvolveu-se desde muito cedo uma Igreja com características estatais e nacionalistas. A Igreja na Inglaterra sempre reclamou a sua independência histórica, e mesmo que durante 850 anos ela tenha sido nominalmente romana, a sua relação com o papado sempre foi conflituosa. Henrique VIII apenas separou a igreja autônoma que lá existia da tutela de Roma.<sup>5</sup>

Da narrativa apresentada pela IEAB, destacamos alguns elementos importantes: a) é contestado que a Igreja Anglicana tenha sua origem ou fundação em 1534 por Henrique VIII, b) é reconhecido nos Pais da Igreja (Apostólicos e Apologistas) – os discípulos de primeira ou segunda geração dos próprios apóstolos —, os fundadores das comunidades cristãs nas Ilhas Britânicas, c) é negado uma essência romana da Igreja Anglicana, pelo contrário, é defendido uma singularidade ou, se preferir, um ethos anglicano, d) Henrique VIII, portanto, não fundou uma “nova igreja”, apenas, ainda que com seus interesses e motivos pessoais, realizou a separação de uma Igreja que já era autônoma e que havia muito, reclamava sua autonomia/independência. Uma evidência documental de que já haviam comunidades cristãs formadas entre os antigos celtas é de Tertuliano, um dos Pais da Igreja. No texto *Adversus Iudaeos*, ao exaltar a soberania de Jesus Cristo cujo domínio se estende por todas as nações, é citado que o evangelho já havia chegado, dentre outros povos, aos bretões.

<sup>5</sup> Conferir: <https://ieab.org.br/anglicanismo/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

Para quem mais todas as nações creram, exceto em Cristo que já veio? Em quem as nações acreditaram, os partos, os medos e os elamitas, e aqueles que moram na Mesopotâmia, Armênia, Frígia, Capadócia, os romanos e os habitantes que moravam no Ponto e na Ásia, e os habitantes da Panfília, permanecendo no Egito e as regiões da África além de Cirene, depois, também em Jerusalém, os judeus e outras nações, como já muitos territórios da Gaetuliana e dos Mouros, todas as fronteiras da Espanha e da Gália, diversas nações e bretões, lugares inacessíveis aos romanos; desconhecidos para nós, e que podemos contar menos?<sup>6</sup>

Ruan Isnardi observa que “São Patrício e Santa Brígida nasceram no século V, são Columba e Columbano no século VI. Quando os santos evangelizadores chegaram nas Ilhas, assim como santo Agostinho, eles também encontraram uma Igreja que já estava lá”<sup>7</sup>. Não há, todavia, um consenso histórico quanto a quem teria levado o cristianismo até os celtas, às Ilhas Britânicas. Vera Lúcia pondera que, “ninguém sabe, comprovadamente, quem levou o cristianismo às Ilhas Britânicas”<sup>8</sup>. Entretanto, corrobora com a perspectiva historiográfica de que um anglo- cristianismo, precede em séculos, ao evento envolvendo Henrique VIII, no século XVI. Vera Lúcia reflete, “particularmente, acho bem provável a teoria dos mercadores cristãos gauleses ou judeus, devido à proximidade geográfica e ao fato das perseguições”<sup>9</sup>. Ou seja, para a historiadora, seria plausível acreditar que o cristianismo tenha chegado às Ilhas Britânicas via judeus convertidos ao cristianismo que eram mercadores. A meu ver, também é possível que o evangelho tenha chegado aos celtas via

6 TERTULLIANI liber Adversus Iudaeos.

7 ISNARDI, R. da S., A Igreja Anglicana, dos pais católicos até a mãe protestante, p. 19.

8 CALVANI, C. E. B.; OLIVEIRA, V. L. S. de., Nossa Identidade, p. 28.

9 CALVANI, C. E. B.; OLIVEIRA, V. L. S. de., Nossa Identidade, p. 29.

crístãos perseguidos nos séculos I-II, que se espalharam pelo mundo. Temos o fato hist3rico da diáspora judaica no ano 70 d.C., mas não podemos nos esquecer do que denomino de *diáspora cristã*<sup>10</sup>.

Outra testemunha documental da exist3ncia de uma comunidade cristã nas Ilhas Britânicas é a ata de um Concílio Regional realizado em 314, em Arles, na Gália, convocado pelo imperador Constantino. Vera Lúcia observa que este evento, “contou com a presença de três bispos britânicos, provavelmente de três dioceses sediadas em cidades muito antigas [...] as suas assinaturas constam dos documentos do mencionado Concílio”. Assim, conclui a historiadora, “isso comprova que já havia, então, no século IV, uma igreja organizada entre os celtas [...] já que existiam, pelo menos três dioceses”<sup>11</sup>. Robinson Cavalcanti comunga com a mesma perspectiva. Para o autor, é factual a antiguidade do anglo-cristianismo, “os anglicanos formam o ramo do Cristianismo hist3rico que têm suas raízes na Grã-Bretanha, onde se situa a Inglaterra, cuja região central é denominada de Anglia, a terra dos anglos”<sup>12</sup>. O autor pondera:

Não houve nenhum esforço missionário formal, nem das Igrejas do Oriente, nem da Igreja do Ocidente, para evangelizar as Ilhas Britânicas. Ela foi o resultado do esforço dos leigos. Soldados, funcionários civis e comerciantes cristãos romanos levaram o Evangelho para aquelas ilhas. Também, no ano 70 d.C., dentre os escravos perseguidos nas Gálias (França) que fugiram para o litoral inglês, estavam grupos de cristãos. Uma tradiç3o atribui à presença de José de Arimat3ia, no primeiro século. Há sítios arqueol3gicos desse perío-do, como uma

10 São Lucas em Atos dos Apóstolos discorre sobre “uma grande perseguição contra a Igreja de Jerusalém. Todos com exceção dos apóstolos, dispersaram-se” (At 8. 1), no desenrolar deste livro que pretende ser uma narrativa hist3rica da gênese da Igreja Cristã, lidamos com a dispersão dos cristãos, inclusive, com as viagens apostólicas (At 13-28) que significaram a grande disseminação do evangelho aos gentios, isto é, não-cristãos. Não seria, portanto, nenhuma incoerência hist3rica acreditar na veracidade do cristianismo germinado na maior parte do mundo conhecido de então, inclusive, as Ilhas Britânicas.

11 CALVANI, C. E. B.; OLIVEIRA, V. L. S. de., *Nossa Identidade*, p. 29.

12 CAVALCANTI, R., *Anglicanismo*, p. 9.

Capela em Kent, uma Igreja em Silchester e a presença, em vários lugares, de símbolos cristãos, como o XP. Tertuliano afirma a existência da comunidade cristã britânica no ano 200. Três bispos ingleses estiveram presentes no Concílio de Arles, no sul da França, em 314. Não se sabe se estiveram no Concílio de Nicéia (325), mas Atanásio informa que a Igreja inglesa se submeteu às suas deliberações”.

Consideramos plausível a perspectiva historiográfica que sustenta a existência de comunidades cristãs nas Ilhas Celtas por volta dos séculos II e III. A documentação disponível, bem como os testemunhos históricos, oferece respaldo consistente a essa hipótese. Não obstante, cumpre-nos assinalar dois elementos que não devem ser negligenciados.

- a) seria ingênuo acreditar em um tipo de anglo-cristianismo puro, quer dizer, cuja essência fosse inteiramente britânica. Por dois motivos básicos, o primeiro, que o próprio cristianismo que chega às Ilhas Britânicas nos séculos II-III, vem perpassado por outras culturalidades; segundo que no transcorrer da história, sobretudo, quando da submissão da Anglia à autoridade de Roma, houve — digamos — uma romanização do anglo-cristianismo;
- b) no século XVI, a Igreja que Henrique VIII proclama livre de Roma, era mais romana que propriamente anglicana. Nesse ínterim, emerge uma questão de salutar importância, no contexto deste amálgama de transculturalidade que pervade o anglicanismo, é possível falarmos de uma teologia (propriamente) anglicana?

## 2. O COMPLEXO (OU NÃO) QUEFAZER TEOLÓGICO ANGLICANO

---

Na contemporaneidade é impossível falarmos de teologia anglicana, no singular. Já observamos que o anglicanismo hoje é um horizonte complexo, com variadas teologias, pressupostos e perspectivas. Citamos, por exemplo, as que partem do anglo-catolicismo, anglo-protestantismo, ou anglo-evangelicalismo etc. Lidamos nas encruzilhadas do pensamento anglicano, com teologias que arrogam para si o locus ortodoxo àquelas cujo locus é liberal. Mas a despeito dessa pluralidade propomos identificar alguns elementos que são fundamentais para a caracterização de um quefazer teológico anglicano, especialmente, considerando sua tentativa de sistematização/clarificação nos séculos XVI-XVIII.

### 2.1. Marcos iniciais: LOC e os 39 Artigos de Religião

À época do rompimento de Henrique VIII a Igreja na Inglaterra era teológica e sacramentalmente católico-romana. A Reforma Protestante que eclodiu na Alemanha de Martinho Lutero, se espalhava por toda a Europa, e havia chegado na Inglaterra. Todavia, durante o reinado de Henrique VIII, a despeito do divórcio duplo: com Catarina e com Roma, praticamente nada de substancial foi alterado na Igreja, agora sob sua chefia. Alister McGrath observa que, “o modo como a Reforma se deu na Inglaterra, a princípio, tornava desnecessária qualquer definição em termos doutrinários, pelo fato de a igreja naquele país encontrar-se socialmente definida nos mesmos termos anteriores à Reforma”<sup>13</sup>. Carlos

---

13 MACGRATH, A., Teologia Sistemática, Histórica e Filosófica p. 114.

Calvani pontua que na Inglaterra de Henrique VIII, “não foi uma reforma doutrinal ou dogmática, como na Alemanha e na Suíça, e em outros países que aderiram ao protestantismo” 14. Todavia, o que podemos denominar de Reforma Inglesa se deu, de fato, após a morte de Henrique VIII, que até o leito de morte, permaneceu católico-romano em sua confissão de fé. Faleceu aos 56 anos, em 1547. Sucedido pelo menino Eduardo VI, de nove anos, que teve um Conselho de Regência para governar o país, até sua maioridade. Segundo Carlos Calvani:

O arcebispo Cranmer, junto com o tutor real, tomou a reforma protestante em suas mãos, como desejava fazer desde o tempo de Henrique. Em 1549 foi editado, pela primeira vez, o Livro de Oração Comum (LOC) e reeditado três anos depois (1552). O primeiro LOC ainda conserva características um pouco romanas, para o espírito protestante radical da época, com clara influência calvinista [...] Também foram lançados neste ano, os 42 Artigos de Fé, que seriam uma plataforma doutrinária da Igreja da Inglaterra”<sup>15</sup>.

É neste primeiro momento que notamos as evidências de uma fermentação protestante na Igreja da Inglaterra, em sua teologia e liturgia. Temos dois marcos iniciais que se põem como balizadores da teologia anglicana: o Livro de Oração Comum (LOC), que permanece sendo, ainda que com variáveis sofridas, o parâmetro cultural e litúrgico das igrejas anglicanas. E os 39 Artigos de Religião — os 42 foram ajustados para 39 durante o reinado elisabetano —, que contemporaneamente é admitido de modo crítico, reinterpretado e, não assumido na integralidade por todas as comunidades anglicanas, mas se mantém uma declaração de fé que sintetiza a fé anglicana.

14 CALVANI, C. E. B.; OLIVEIRA, V. L. S. de., *Nossa Identidade*, p. 45.

15 CALVANI, C. E. B.; OLIVEIRA, V. L. S. de., *Nossa Identidade*, p. 47.

## 2.2. Sagrada Escritura

Um axioma caro à tradição protestante é o famoso *Sola Scriptura*, que relega à Sagrada Escritura um lugar fulcral no seu locus teológico. Portanto, admite-se como regra de fé, apenas aquilo que emerge da Sagrada Escritura ou, que tem nela sua sólida fundamentação. No processo de fermentação dos ideais protestantes na Igreja da Inglaterra, nota-se, de modo explícito, as evidências desse princípio. Nos 39 Artigos de Religião, nº VI, se afirma:

As Escrituras Sagradas contêm todas as coisas necessárias para a salvação; de modo que tudo o que nela não se lê, nem por ela se pode provar, não deve ser exigido de pessoa alguma que seja crido como artigo de fé ou julgado como exigido ou necessário para a salvação. Pelo nome de Escrituras Sagradas entendemos os livros canônicos do Antigo e Novo Testamentos, de cuja autoridade jamais houve qualquer dúvida na Igreja<sup>16</sup>.

A teologia anglicana, em sua gênese, como teologia que se sistematiza, no século XVI, abraça o princípio protestante que relega às Sagradas Escrituras um lugar de — digamos assim — autoridade absoluta. Portanto, a) a autoridade da Sagrada Escritura é tida por inquestionável, b) nela está contido a totalidade daquilo que é necessário para a salvação da pessoa humana<sup>17</sup>, portanto, se dispensa, como autoritativo, no quesito soteriológico, bulas papais, indulgências etc., c) a Sagrada Escritura torna-se, a rigor, a regra de fé, logo, somente o que nela está declarado deve ser obedecido, em contrapartida, o que nela não tem sua sustentação, não se sustenta. A autoridade e a singularidade das Sagradas Escrituras no quefazer teológico anglicano ficam cristalizados no transcorrer dos demais

<sup>16</sup> LIVRO DE ORAÇÃO COMUM CONTEMPORÂNEO, p. 93.

<sup>17</sup> Notemos que neste Artigo há, no contexto do embate catolicismo-protestantismo, uma explícita opção pelo princípio protestante que nega bulas papais, indulgências ou documentos eclesiais como elementos autoritativos e/ou “determinantes” — direta ou indiretamente — para o mistério da salvação humana.

artigos. No Artigo VIII está afirmado a concordância com o que se confessa nos três credos, “Niceno, Atanasiano e o que normalmente se chama Credo ou Símbolo dos Apóstolos” e se justifica, “devem ser inteiramente recebidos e cridos; porque se podem provar com autoridades inegáveis das Sagradas Escrituras”<sup>18</sup>. Na esteira desta constatação, observamos que, na teologia anglicana é a Sagrada Escritura que ilumina e define a eclesiologia. Quanto à Autoridade da Igreja, o Artigo XX dos 39, declara:

A Igreja tem poder de decretar Ritos ou Cerimônias e autoridade nas Controvérsias da Fé; todavia não é lícito à Igreja ordenar coisa alguma contrária à Palavra de Deus escrita [...] Portanto, mesmo que a Igreja seja testemunha e guarda das Escrituras Sagradas, todavia, assim como não é lícito decretar coisa alguma contra elas, também não deve obrigar que seja acreditada coisa alguma que nelas não se encontra, como necessária para a salvação”<sup>19</sup>.

A teologia anglicana defende e acentua a autoridade da Igreja, todavia, como autoridade subordinada, quer dizer, é uma autoridade exercida dentro dos limites da Sagrada Escritura. Aqui se contesta uma dupla infalibilidade<sup>20</sup> do Papa, e também, da Igreja. Ou seja, tanto clérigos, quanto a Igreja como um todo é suscetível de erro, corrigíveis pela Sagrada Escritura. Chamamos, todavia, a atenção aqui para a especificidade da temática em questão, a saber, a soteriologia. Assim, parece-me anacrônico afirmar, no

18 LIVRO DE ORAÇÃO COMUM CONTEMPORÂNEO, p. 95.

19 LIVRO DE ORAÇÃO COMUM CONTEMPORÂNEO, p. 99.

20 Observamos que o dogma da infalibilidade papal, em assuntos de fé, foi proclamado em 1870, no documento Pastor Aeternus, sob o pontificado de Pio IX. Entrementes, pragmaticamente, à época em análise, sobretudo nos países católicos, o papado já era tido como infalível.

contexto histórico-teológico dos 39 Artigos, uma inerrância<sup>21</sup> das Sagradas Escrituras, sobretudo, como este conceito é entendido no fundamentalismo evangélico. Evidência disto, é o valor atribuído pela teologia anglicana à Tradição.

### 2.3. O Tripé de Hooker e a via-média: por um ethos anglicano

O período de ouro de consolidação da Reforma Inglesa e da sistematização da teologia anglicana, se deu no reinado de Elizabeth I (1533-1603), filha de Ana Bolena com Henrique VIII. Dois teólogos se destacaram e deram o colorido da Reforma na Inglaterra elisabetana: John Jewell e seu pupilo, Richard Hooker. Carlos Calvani pontua: “a tese central de Jewell era a de que não estava sendo criada uma ‘nova igreja’, mas sim que a Igreja da Inglaterra estava retornando às suas origens e aos primeiros séculos do cristianismo”<sup>22</sup>. Assim, não se pretendia uma ruptura drástica e/ou radical com a tradição católica, herdada pela igreja inglesa. Pelo contrário, se prezava e incentivava a preservação de tudo que era bom<sup>23</sup> na Tradição da Igreja, é o caso, p.ex., dos escritos dos Pais da Igreja. Portanto, ao contrário de um radicalismo luterano (na Alemanha) ou, calvinista (em Genebra), o anglicanismo não aderiu a uma cisão intransigente com a tradição católico-romana. Aliás, Richard Hooker contribui profundamente na

21 Segundo o Dicionário de Apologética e filosofia da religião, por inerrância entende-se “a doutrina de que a Bíblia é completamente confiável e isenta de erros” (EVANS, S., Dicionário de Apologética e filosofia da religião, p. 72). Todavia, essa categoria se desdobra em duas categorias, a) a inerrância ilimitada, grosso modo, aquela que acredita que a bíblia está isenta de erros em qualquer temática abordada, p.ex., cosmologia, geologia, biologia, etc. E, b) inerrância limitada, aquela que crê que a bíblia está isenta de erros, “em matéria de fé e prática” (EVANS, S., Dicionário de Apologética e filosofia da religião, p. 73). Considerando estes dois aspectos, seria correto dizer que, na definição do LOC, se tem no horizonte, a inerrância limitada. Como enuncia o supracitado Artigo VI, “as Escrituras Sagradas contém todas as coisas necessárias para a salvação” (LIVRO DE ORAÇÃO COMUM, p. 93).

22 CALVANI, C. E. B.; OLIVEIRA, V. L. S. de., Nossa Identidade, p. 127.

23 Se entende por “bom”, aquilo que, a) está fundamentado nas Escrituras Sagradas ou, que, b) não esteja proibido ou em contradição com as Sagradas Escrituras.

sistematização e caracterização do quefazer teológico anglicano, ao apontar como tripé do anglicanismo: Bíblia, Tradição e Razão.

No contexto de uma Europa polarizada entre catolicismo e protestantismo, o anglicanismo emerge como uma via-média. Justamente por isso, desagradou a ambos: os católicos taxavam os anglicanos de protestantes enrustidos, enquanto os protestantes acusavam-nos de católico-romanos não assumidos. Parece-nos que ainda hoje é assim. Um culto/missa anglicano causa esse duplo sentimento de estranhamento, no católico e no protestante, mais especificamente, o evangélico. Todavia, esse estranhamento configura-se precisamente no que caracteriza o (ou, um) ethos anglicano, isto é, sua capacidade de lidar com a fé de modo dialético, sintético; harmônico. O que causa incompreensão, quiçá, escândalo àqueles cujo pensamento está delimitado pelo “isto ou aquilo”, é justamente o rompimento epistêmico que tece o múnus da identidade anglicana, ou seja, não o “isto ou aquilo”, mas “isto e aquilo”. Eis então a substância anglicana, católico-reformada. Logo, todo anglicano, saiba ou não, é um católico atravessado pela Reforma, ou se quiser, um reformado perpassado pela catolicidade. Consideramos, ainda nesse tópico, o elemento “razão”. A princípio, no tripé anglicano proposto por Richard Hooker, este parece ser o elemento mais vago. Carlos Calvani avalia:

Até hoje discute-se muito o que Hooker entendia por ‘razão’. Atualmente, os melhores analistas de sua obra entendem que ele não era um pensador ‘racionalista’ ou árido. Ao contrário era um homem profundamente devoto, dedicado à oração e à vida sacramental [...] “Razão”, deve ser entendido hoje como ‘bom senso’, ou seja, a capacidade de avaliar os novos problemas com ponderação, cautela, sem arroubos ou precipitações, a partir da totalidade do testemunho bíblico e das experiências acumuladas”<sup>24</sup>.

24 CALVANI, C. E. B.; OLIVEIRA, V. L. S. de., Nossa Identidade, p. 140.

Na esteira da proposta epistêmica do quefazer teológico anglicano, a “razão” aponta para o equilíbrio. Não quer o fideísmo, ou uma fé alienante que exclui e/ou demoniza a razão, por conseguinte, que desemboca no fanatismo/fundamentalismo. Por outro lado, como se veria posteriormente, sobretudo, no liberalismo teológico alemão, não se admite uma razão que se converta em racionalismo, que submete a fé aos seus ditames, que faz o mistério — ou, o Grande Mistério — se prostrar aos logicismos da prepotente racionalidade humana. Para o cristão anglicano, a fé não está em conflito com a razão, mas a razão, todavia, não é capaz de abarcar a totalidade do mistério da fé. Logo, de maneira dialética, cada qual — fé e razão — se respeitam quanto aos horizontes de suas competências.

#### 2.4. *Lex Orandi, Lex Credendi*: ser anglicano, um ser-orante

Não é acaso que, depois das Sagradas Escrituras, o Livro de Oração Comum (LOC) seja a literatura que ocupa lugar principal na tradição anglicana. A máxima *lex orandi, lex credendi* não surgiu no anglicanismo, remete aos primórdios do cristianismo. Entretanto, tornou-se um axioma que traduz, em muito, o ethos do ser anglicano: ser um cristão anglicano significa ser-orante. O que se ora é o que se crê. A oração é um lugar relacional, por conseguinte, um lugar teológico. Assim, é da vida de oração que irrompe, em comunhão com a Bíblia, a Tradição e a Razão, o quefazer teológico anglicano. A priori, nem uma teologia que nasce do intelecto, nem uma teologia que nasce do coração, mas uma teologia que tem seu berço na vida íntima com Deus, nos joelhos; na oração. Nos chama a atenção que, na contramão de uma moda à época, de produzir teologias sistemáticas, dogmáticas e textos polêmicos, no fervilhar do conflito católico-protestante, Tomás Cranmer se ocupa em escrever um livro cujo objetivo fundamental é inspirar, impulsionar e sistematizar/

organizar o passo-a-passo para uma vida de oração. No pensamento anglicano, embasado nas Sagradas Escrituras, cada cristão é um templo onde habita o Espírito Divino<sup>25</sup>. Se o cristão é um templo do Divino, a integralidade do seu ser configura-se como lugar (do) sagrado. Sua vida, portanto, é uma inteira liturgia. Assim, a oração é o oxigênio que lhe insufla vida.

Enquanto outros reformadores (ou, seus discípulos) estavam se desgastando nas discussões, Tomás Cranmer convoca os anglicanos a se gastarem na oração. Para ele, a oração é um culto divino, a “palavra pura de Deus, as Escrituras Sagradas”<sup>26</sup> exorta os cristãos a “orar sem cessar”<sup>27</sup>, “em todo o tempo, no Espírito”<sup>28</sup>. A oração para além do cumprimento de um dever cristão é uma *imitatio Christi*. No cultivo de uma vida de oração, o cristão imita a própria vida de Jesus Cristo que se levantava cedo, quando ainda estava escuro, para ir aos lugares desertos e orar<sup>29</sup>. As Sagradas Escrituras dizem que os discípulos pediram a Jesus Cristo, “Senhor, ensina-nos a orar”<sup>30</sup>. A oração era a dinâmica da vida quotidiana dos cristãos primitivos, “todos estes, unânimes, perseveravam em oração com algumas mulheres, entre as quais Maria, a mãe de Jesus, e com seus irmãos”<sup>31</sup>.

O Livro de Oração Comum oferece orações para a manhã, meio-dia, o entardecer, o anoitecer e o fim do dia<sup>32</sup>. Segundo o LOC<sup>33</sup>, “no século IV, se não antes, Matinas/Oração da Manhã e Vésperas/Oração da Tarde emergiam como horários predominantes para realização

---

25 1 Cor 3,16; 6,19.

26 LIVRO DE ORAÇÃO COMUM CONTEMPORÂNEO, p. 17.

27 1 Tess 5. 17.

28 Ef 6. 18.

29 Mc 1. 35.

30 Lc 11. 1.

31 At 1. 14.

32 LIVRO DE ORAÇÃO COMUM CONTEMPORÂNEO, p. 149-171.

33 LIVRO DE ORAÇÃO COMUM CONTEMPORÂNEO, p. 49.

litúrgica e celebração pública dos Ofícios da Palavra”. Notemos como a vida de oração é inspirada e orientada fundamentada nas Sagradas Escrituras e na Tradição. E, como a proposta é que a oração perpasse e se instaure em todo o dia do cristão. Do despertar ao repousar, propõe-se oração. Não apenas nos dias de cultos/missas comunitários, mas se quer fazer de toda a vida sacralidade. Não obstante, no ethos anglicano está explícito o ser-orante.

## Considerações finais

---

Parece-nos credível que o evangelho chegou aos celtas nos idos dos séculos II-III. Documentos e testemunhos dão-nos conta disto. Há, portanto, uma relação dialética que se estabelece entre cristianismo e cultura, ambos se interpenetram. O cristianismo se infiltra, influencia e finca marcos na cultura, assim como, a cultura fermenta, colore e caracteriza o modus operandi de ser cristão em cada localidade onde se instala. Logo, temos uma ambiguidade. É possível, até certo ponto, falar de uma singularidade do anglo-cristianismo, entretanto, não de uma pureza, haja vista, o cristianismo chega às Ilhas Britânicas já perpassado por várias culturas, assim como, vai sendo fecundado pelo próprio romanismo, dentro de sua contextualidade. Portanto, considerando a complexidade no qual está eivado o anglicanismo, se põe em questão a plausibilidade de identificar, a partir de sua história e teologia, uma identidade anglicana.

Nossa análise resultou na constatação de que sim, há uma identidade, um ethos anglicano. Richard Hooker propôs o tripé: Bíblia, Tradição e Razão, todavia, considero tais elementos como balizadores do quefazer teológico anglicano. Assim como, os Credos, ou o Quadrilátero de Lambert, cujo espaço não nos permitiu explorar, são, a meu ver, norteadores confessionais. Apontamos, assim, como elementos substanciais do ethos anglicano, a via-média e o ser-

orante. Os anglicanos vivem um cristianismo de síntese. E a síntese do seu ser cristão está na vida de oração, onde ele emerge para o mundo, para servi-lo com sua missão.

## BIBLIOGRAFIA

---

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. São Paulo: Penguin & Cia das Letras, 2017.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2022.

CALVANI, Carlos Eduardo B.; OLIVEIRA, Vera Lucia S. de. **Nossa Identidade: história e teologia anglicanas**. São Paulo: Fonte Editorial, 2012.

CAVALCANTI, Robinson. **Anglicanismo: identidade, relevância, desafios**. Recife: Independente, 2009.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO VATICANO II. São Paulo: Paulus, 2021.

EVANS, Stephen. **Dicionário de Apologética e filosofia da religião**. São Paulo: Editora Vida, 2004.

ISNARDI, Ruan da Silveira. **A Igreja Anglicana, dos pais católicos até a mãe protestante: uma análise histórica da construção da identidade anglicana (IV d.C. -1685)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM: administração dos sacramentos e outros ritos e cerimônias conforme o uso da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil com o saltério e seleção de salmos litúrgicos. Porto Alegre: Livraria Anglicana, 2021.

LIVRO DE ORAÇÃO COMUM CONTEMPORÂNEO: administração dos sacramentos e outros ritos conforme o uso da Igreja Anglicana no Brasil. São Paulo: IAB, 2021.

MCGRATH, Alister. **Teologia sistemática, histórica e filosófica**: uma introdução à teologia cristã. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

TERTULLIANI. (4 de julho de 2002). **Adversus Iudaeos**. Acesso em 2024, disponível em <<https://www.tertullian.org/>> e <[https://www.tertullian.org/latin/adversus\\_iudaeos.htm](https://www.tertullian.org/latin/adversus_iudaeos.htm)>.